

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.857 - SP (2019/0310000-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE LIMEIRA - SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE LIMEIRA - SP**  
**INTERES.** : **DEBORA POLATTO**  
**ADVOGADO** : **DANIELA CRISTINA DIAS PEREIRA - SP301059**  
**INTERES.** : **MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS**  
**ADVOGADO** : **LEONARDO KAIALA GOULART FERREIRA - SP309478**

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública de Limeira – SP e o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Limeira – SP, nos autos de Reclamação Trabalhista movida por Debora Polatto contra o município de Iracemápolis – SP.

O juízo suscitado declinou de sua competência, com base no entendimento de que "não compete à justiça especializada processar e julgar a demanda entre partes que se vinculam por regime jurídico de natureza administrativa" (fl. 91, e-STJ).

Recebidos os autos pelo suscitante, este instalou o Conflito de Competência por entender que "não se trata aqui de típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, mas de relação de trabalho regida pela CLT, como não deixa dúvida a Lei Municipal 1.962/2012" (fl. 4, e-STJ).

Dispensado o parecer do Ministério Público Federal, com base no art. 178 do Código de Processo Civil de 2015.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 16.10.2019

O STF, no julgamento da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 3.395-DF, excluiu da expressão "relação de trabalho", prevista no art. 114, I (redação conferida pela Emenda Constitucional n. 45/2004), as ações decorrentes do regime estatutário, aplicável aos servidores públicos, que devem ser julgadas pela Justiça comum, estadual ou Federal, a depender do ente público ao qual se vincula o servidor, ainda que se trate de contratações temporárias e irregulares.

Seguindo esse entendimento, o STJ firmou a compreensão de que "o exercício de cargo em comissão, com regular nomeação e posse, atrai a competência da Justiça Comum para julgamento de demanda decorrente dessa relação jurídica." (CC 145.393/ ES, Rel. Min. Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 12.4.2016). Assim, foi editada a Súmula 218, *verbis*: "Compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão."

No entanto, como bem apontou o Juízo Estadual, embora a Lei

Municipal 1.962/2012 discipline o regime jurídico dos seus servidores, ela "dispõe em seu art. 1º, § 1º, que 'o pessoal admitido para emprego público na Administração direta e indireta do município de Iracemápolis terá sua relação de trabalho regida pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho e legislação trabalhista correlata" (fl. 3, e-STJ), o que atrai a competência da Justiça Obreira para julgar o feito.

A propósito, o seguinte precedente específico:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE  
COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CARGO EM  
COMISSÃO. REGIME CELETISTA. OBSERVÂNCIA.

1. O entendimento pacificado no STJ, conforme enunciado da Súmula 218 do STJ, é de que “compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão”.

2. Hipótese em que as peculiaridades do caso concreto autorizam a inaplicabilidade do comando previsto na referida Súmula, uma vez que a relação estabelecida entre o servidor, ocupante de cargo em comissão, e o ente municipal foi regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, na forma prevista no art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei municipal n. 1.962/2012, o que atrai a competência da Justiça do Trabalho.

3. Agravo interno desprovido.

(CC 154.408/SP, Rel. Min. Gurgel de Fariaa, Primeira Seção, DJe 20/08/2018).

Ante o exposto, **conheço do Conflito e declaro competente o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Limeira – SP, ora suscitado.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator